

## A PESQUISA

A pesquisa realizada pela Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/RS teve como objetivo traçar um panorama do Patrimônio Cultural Edificado no Estado do Rio Grande do Sul. O formulário foi direcionado a todos os municípios do Estado e aos servidores envolvidos em processos relacionados à identificação, catalogação, pesquisa, legislação, análise e aprovação de projetos, execução, fiscalização, educação patrimonial e captação de recursos para a área do patrimônio.

Entre março e maio de 2025, foram recebidas 209 respostas, abrangendo 177 municípios — uma amostra de aproximadamente 36% do total de municípios do Rio Grande do Sul.

CAU/RS

## A PESQUISA

### **RESULTADOS DUPLICADOS:**

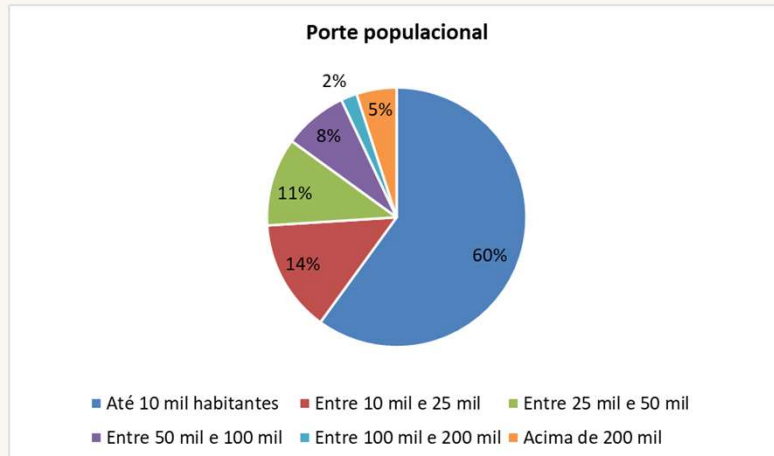
Foram identificados 23 municípios com respostas duplas e 3 com respostas triplas. Na maioria dos casos, as respostas vieram de setores e servidores distintos dentro das administrações municipais. Essas duplicações evidenciam fragilidades na comunicação interna, falta de alinhamento entre setores e certa desorganização administrativa.

Além disso, foram verificadas divergências importantes, como informações sobre a existência de patrimônio reconhecido, a presença de conselhos de Patrimônio e Cultura e a realização de políticas de fomento ao patrimônio cultural, entre outros. Essa falta de clareza sobre a atualização das informações relacionadas ao patrimônio cultural compromete a efetividade das políticas públicas, pois decisões podem ser tomadas com base em dados inconsistentes.

CAU/RS

## DADOS GERAIS

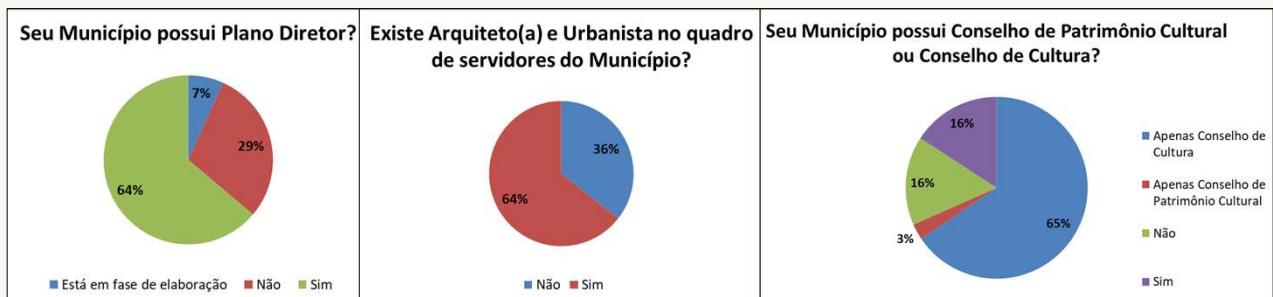
A maior parte dos municípios da amostra é de pequeno porte. Até 25 mil habitantes somam 74% da amostra:



CAU/RS

## DADOS GERAIS

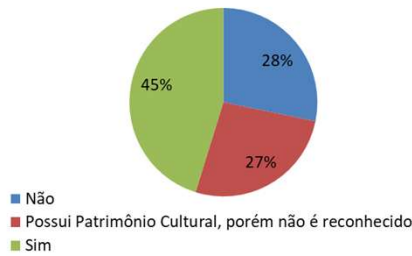
Muitos já possuem Plano Diretor e arquitetos(as) e urbanistas no quadro de servidores (cerca de 64%), mas a presença de Conselhos de Patrimônio é baixa (somente 5 exclusivos de patrimônio e 28 com ambos).



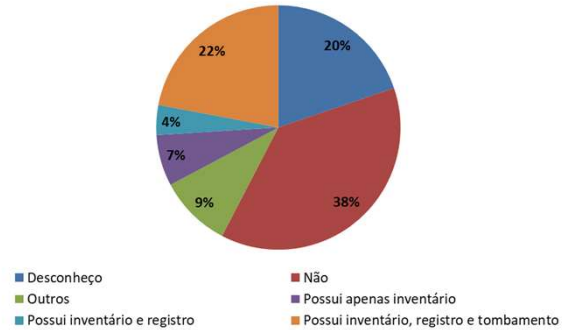
CAU/RS

## DADOS GERAIS

### Seu Município possui Patrimônio Cultural reconhecido?



### Seu Município possui lei própria de inventário, registro ou tombamento do Patrimônio Cultural?



No total dos municípios que responderam a pesquisa, 72% declaram ter algum patrimônio, e entre esses, 63,0% já têm reconhecimento formal. Porém, observa-se que há mais municípios com patrimônio do que municípios com instrumentos legais para protegê-lo (72% vs 33% com algum instrumento). O grupo com patrimônio não reconhecido (27%) é o mais sujeito à vulnerabilidade, especialmente nos municípios sem lei ou que desconhecem a situação (58%).

CAU/RS

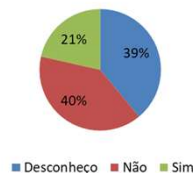
## DADOS GERAIS

Considerando os municípios que possuem algum instrumento de proteção (33% dos que responderam), 22% possuem a legislação integrada ao Plano Diretor e 21% compatibilizada nos condicionantes do regime urbanístico estabelecido no Plano Diretor. 23% dos municípios possuem estudos ou projetos de lei em desenvolvimento.

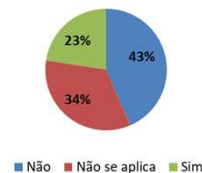
### Caso o município possua legislação própria, ela está vinculada ao Plano Diretor?



### Se sim, esta lei está inserida/compatibilizada nos condicionantes do regime urbanístico estabelecidos no Plano Diretor?



### Não havendo legislação sobre o tema do Patrimônio Cultural, há algum estudo ou projeto de lei em desenvolvimento?

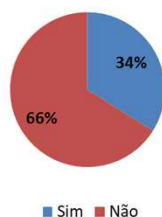


CAU/RS

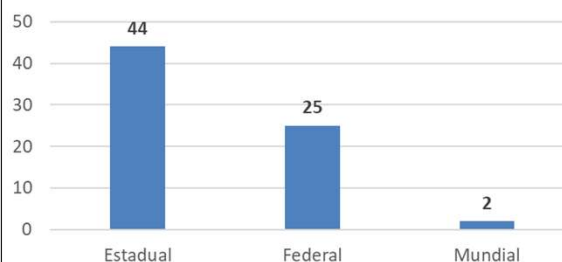
## DADOS GERAIS

Observa-se que 45% dos municípios que responderam ter patrimônio cultural reconhecido, 34% possuem reconhecimento em instâncias superiores, sendo o maior número na instância estadual (44 municípios). Dois municípios responderam ter bens reconhecidos mundialmente, pela UNESCO, ambos se tratam do Geoparque da Quarta Colônia, que abrange 9 municípios.

**Seu Município possui Patrimônio Cultural reconhecido em outras instâncias ? (Estadual, Federal ou Mundial).**



**Em caso de resposta positiva na pergunta anterior, indique a(s) instância(s):**

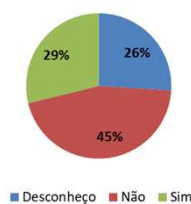


CAU/RS

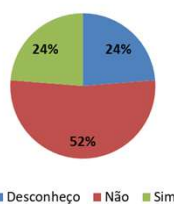
## DADOS GERAIS

Considerando os três gráficos, observa-se que a prática mais difundida é a busca de recursos externos (43% sim, 30% não, 27% desconhecem), enquanto a menos disseminada são as políticas próprias de fomento (24% sim, 52% não, 24% desconhecem); já as ações de educação patrimonial ocupam posição intermediária (29% sim, 45% não, 26% desconhecem). Em conjunto, os resultados indicam maior ênfase em captação do que em institucionalização e formação, com taxas elevadas de “desconhecimento” (24–27%) que sugerem lacunas de registro, comunicação e governança; assim, fortalecer políticas locais e sistematizar ações educativas tende a reduzir a dependência de recursos oportunistas e a construir base mais estável para a proteção do patrimônio.

**Seu Município faz ações de Educação Patrimonial?**



**Seu município possui políticas próprias de fomento ao patrimônio cultural?**



**Seu município busca ou já buscou recursos externos de outras instâncias para ações de proteção ao seu Patrimônio Cultural?**

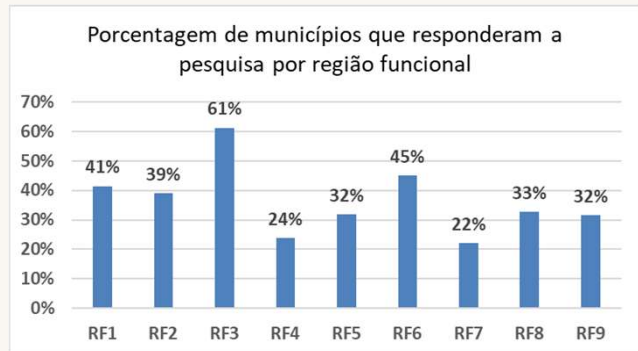


CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

A participação dos municípios na pesquisa variou entre as regiões funcionais do RS. A **RF3** apresentou o maior percentual (**61%**), enquanto a **RF7** teve a menor adesão (**22%**). Concomitantemente, observou-se que a RF7 é a região com o maior número de municípios sem arquitetos e urbanistas no quadro de servidores e que não possuem plano diretor (*ver slides seguinte*).

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;  
 RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo  
 RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra  
 RF4: Litoral  
 RF5: Sul  
 RF6: Campanha e Fronteira Oeste  
 RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial  
 RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;  
 RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea

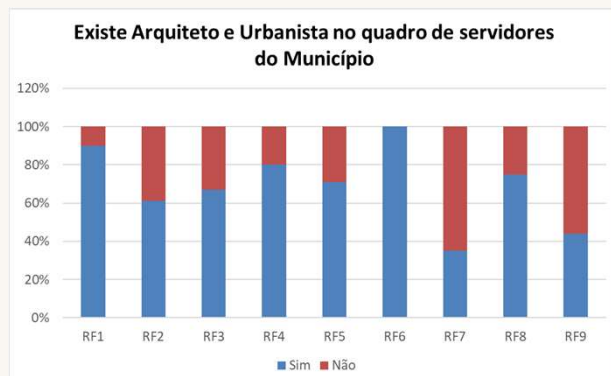


CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

Apenas a RF7 e RF9 possuem mais municípios da amostra que **não** possuem arquitetos e urbanistas, do que municípios que possuem arquitetos e urbanistas no quadro de servidores. Dos municípios da RF6 que responderam a pesquisa, todos possuem arquitetos no quadro de servidores.

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;  
 RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo  
 RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra  
 RF4: Litoral  
 RF5: Sul  
 RF6: Campanha e Fronteira Oeste  
 RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial  
 RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;  
 RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

O quadro revela bons níveis médios de cobertura de Plano Diretor, porém com situação crítica nas regiões RF7 e RF9, onde menos de 50% dos municípios possui Plano Diretor. Observa-se ainda que na RF4, região do Litoral, todos os municípios que responderam a pesquisa possuem Plano Diretor.

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da

Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

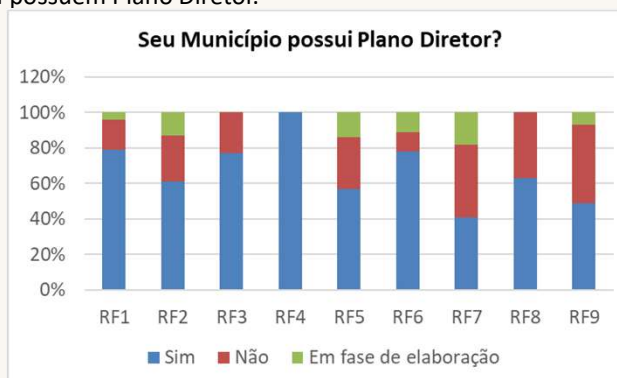
RF5: Sul

RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

As regiões RF6, RF5, RF8 possuem as maiores médias de patrimônio reconhecidos, enquanto a RF4 é a que possui um maior número de patrimônios não reconhecidos.

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da

Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

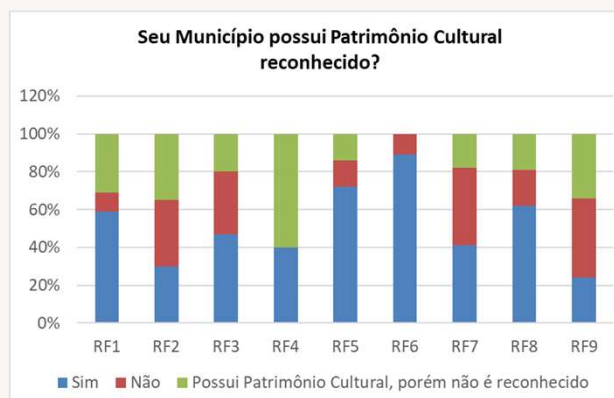
RF5: Sul

RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

Os dados mostram predominância de Conselhos de Cultura (média 67,1%) e baixa institucionalização específica de Patrimônio (2,8% apenas patrimônio; 14,8% com ambos), enquanto 15,3% dos municípios não possuem nenhum conselho (logo, 84,7% têm ao menos um). Entre as RFs, RF1 (35%) e RF8 (31%) se destacam por manter ambos os conselhos, ao passo que RF4 (40%) e RF9 (29%) concentram a maior ausência total. Em síntese, a governança cultural é ampla, mas o componente de patrimônio é minoritário.

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da

Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

RF5: Sul

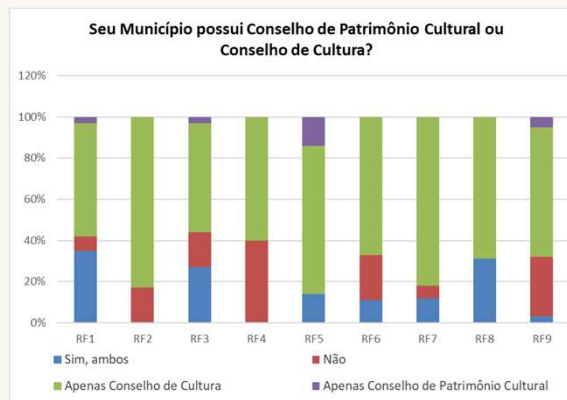
RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte,

Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

As regiões funcionais RF8 (56%) e RF1 (45%) destacam como casos de maior engajamento na realização de ações de Educação Patrimonial, ao passo que RF9 (66%), RF3 (57%) e RF6 (56%) concentram a maior ausência de ações; já RF5 (57%), RF7 (41%) e RF4 (40%) apresentam alto desconhecimento.

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da

Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

RF5: Sul

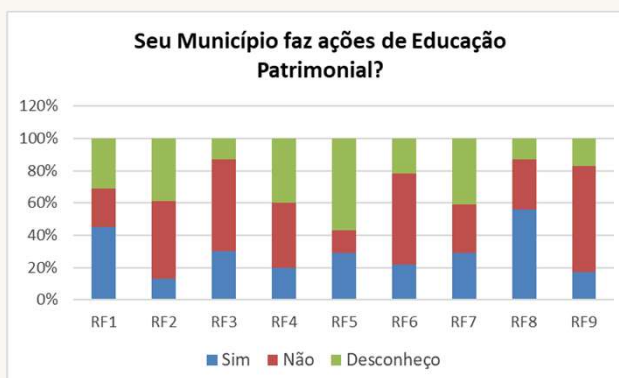
RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

RF9: Alto da Serra do Botucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte,

Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

Em termos de variação regional, destacam-se RF8 (37%) e RF3 (33%) como os casos com maior presença de políticas, com valores abaixo de 40%; por outro lado, a ausência é mais intensa em RF9 (68%), RF4 (60%) e RF6 (56%). O desconhecimento é particularmente elevado em RF5 (57%), seguido de RF4 (40%) e RF2 (35%).

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

RF5: Sul

RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

RF9: Alto da Serra do Botucará, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## COMPARATIVO REGIÕES FUNCIONAIS

A busca por recursos externos é a prática mais frequente entre os indicadores analisados até agora, mas ainda não é universal: cerca de 57% das RFs têm menos da metade dos municípios mobilizados. Destacam-se RF5 (57%), RF1 (52%) e RF8 (50%) como as mais proativas na captação; em contraste, RF9 (34%) e RF7 (30%) apresentam menor engajamento e maiores taxas de "Não" (44% e 35%). O desconhecimento é mais elevado em RF4 (40%) e RF7 (35%), seguido de RF1 (31%) e RF2 (30%).

RF1: Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos;

RF2: Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo

RF3: Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra

RF4: Litoral

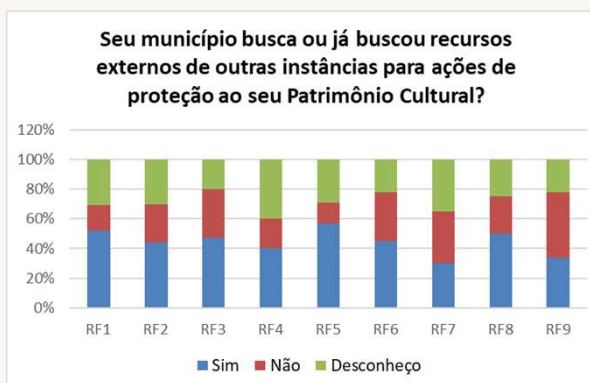
RF5: Sul

RF6: Campanha e Fronteira Oeste

RF7: Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

RF8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari;

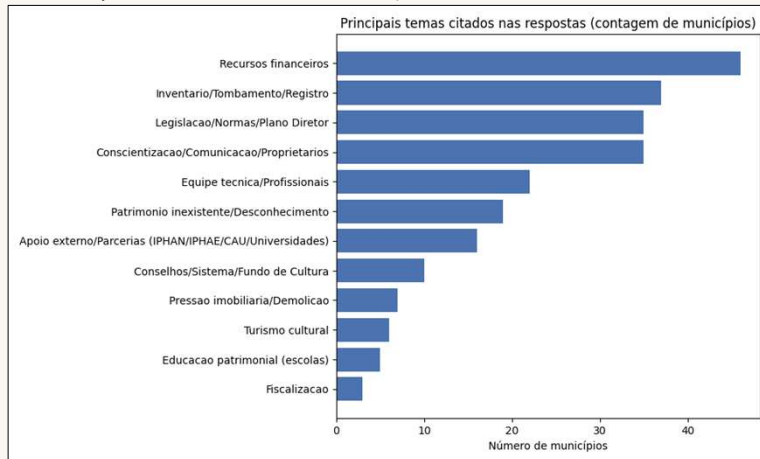
RF9: Alto da Serra do Botucará, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea



CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

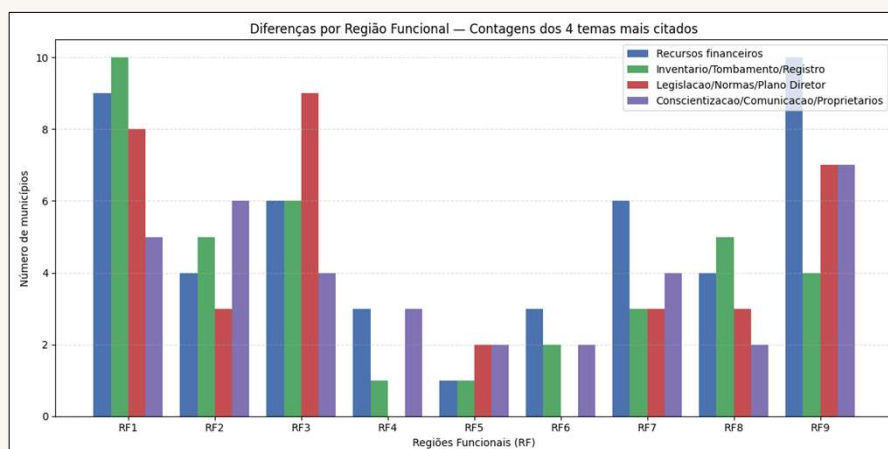
Temas citados (quantos municípios mencionaram cada tema):



CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Diferenças por regiões funcionais. Contagens dos 4 temas mais citados por RF.



CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### Pressão imobiliária / risco de demolição

Riozinho (RF1): “Temos alguns prédios bem antigos... um deles até foi demolido pra dar espaço a um novo empreendimento.”

Cerro Largo (RF7): “Urbanização e desenvolvimento... risco de demolição ou modificações significativas.”

Bom Retiro do Sul (RF2): “Vemos muitas de nossas construções históricas sendo demolidas uma a uma.”

São Gabriel (RF6): Resistência de investidores e modernização como vetor de risco.

### Recursos financeiros (restauro, manutenção, operação)

Porto Alegre (RF1): “Falta de recursos para restauração e manutenção, em especial de imóveis privados.”

Barros Cassal (RF9): Museu e Arquivo Histórico em situação precária; dificuldade de acessar editais estaduais/federais.

Serafina Corrêa (RF3): Sistema de cultura antes incompleto inviabilizava pleitos; agora apto.

Três Forquilhas (RF4) e São João da Urtiga (RF9): falta de recursos financeiros e humanos.

CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### Inventário / Tombamento / Registro

Farroupilha (RF3): Inventário de 2009 desatualizado — pede novo estudo.

Dois Irmãos (RF1): 23 bens tombados; reforça conscientização contínua.

Garibaldi (RF3): Legislação “vaga” para preservação e inventário; COMPHAC trabalha em nova norma.

São Martinho da Serra (RF8): meta explícita de realizar inventário e estabelecer diretrizes de tombamento.

### Legislação / Plano Diretor / Procedimentos

Gramado (RF3): pede política pública de longo prazo com legislação atualizada e incentivos ao privado.

Montenegro (RF1): Implantando lei de proteção e inventário do patrimônio edificado.

São Francisco de Assis (RF8): dificuldade de aprovar leis de salvaguarda.

Santa Tereza (RF3): conflito entre diretrizes federais (paisagem/IPHAN) e Plano Diretor municipal.

CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### Conscientização / proprietários / comunicação

Passo Fundo (RF9): aceitação de proprietários e perdas de imóveis inventariados; revisão de inventário e Plano Diretor em curso.

Cotiporã (RF3): “A maior dificuldade é sempre com os proprietários; muitos não têm interesse.”

Ivoti (RF1): “Excesso de proibições assusta donos de bens históricos.”

### Equipe técnica / capacidade institucional

Balneário Pinhal (RF4): falta de recursos técnicos e humanos (historiadores, arquitetos, gestores de patrimônio).

Mormaço (RF9): ausência de arquitetos/urbanistas efetivos e legislação própria integrada ao Plano Diretor.

Bagé (RF6): pede fiscalização do CAU sobre atribuições em projetos de restauração (centro histórico tombado pelo IPHAE).

CAU/RS

## DÚVIDAS E/OU DIFICULDADES ENFRENTADAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### Apoio externo / parcerias

Diversos citam IPHAN, IPHAE, CAU/RS e universidades como parceiros desejados para capacitação, inventários e mediação técnica (ex.: Itaqui (RF6), Cerrito (RF5), Mormaço (RF9)).

### Inexistência/desconhecimento

Há municípios que declaram não possuir patrimônio, desconhecer ou serem novos/pequenos (ex.: Barra do Rio Azul (RF9), Campos Borges (RF9), Cristal (RF1), Ernestina (RF9), Capão Bonito do Sul (RF9)).

CAU/RS

## RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados mostram que o tema do patrimônio cultural está presente em muitos municípios, mas ainda com baixa institucionalização.

Faltam conselhos específicos, planos e políticas próprias, e há limitações de equipe técnica.

Há boas práticas pontuais, especialmente em municípios médios e grandes, mas grande disparidade regional.

A educação patrimonial e a formação de equipes permanentes aparecem como eixos prioritários para fortalecimento do setor.

CAU/RS

# OBRIGADO!

CAU/RS Conselho de Arquitetura e  
Urbanismo do Rio Grande do Sul



**SAIBA MAIS  
E ACOMPANHE  
AS NOSSAS  
INICIATIVAS**